

Governo estuda punição a dirigentes

FHC ENCOMENDA ESTUDO A SERRA

O presidente Fernando Henrique Cardoso vai recomendar ao ministro do Planejamento, José Serra, estudo de penalidades para os dirigentes de empresas estatais que cometerem irregularidades. Entre as propostas que serão analisadas pelo governo está a instituição do Estatuto das Empresas Estatais, que delimitaria os deveres, direitos e obrigações e as consequentes penas para os dirigentes de estatais que desobedecessem às diretrizes governamentais.

"Hoje esse controle ainda não é eficaz e os dirigentes continuam cometendo irregularidades. É preciso encontrar meios que punam com penalidades severas esses maus administradores", afirmou um assessor da presidência do Tribunal de Contas da União (TCU).

O presidente do TCU, ministro Marcos Vilela, em recente encontro com Fernando Henrique recebeu a informação de que seria solicitada "urgência" a Serra no estudo para a criação do estatuto. "Esse estatuto facilitaria mais ainda o trabalho do tribunal na fiscalização das contas das empresas

estatais. Baseado no estatuto, o TCU tomaria medidas imediatas contra os dirigentes que se locupletassem irregularmente de verbas da União", disse Vilela. Faria parte do estatuto, além do pagamento de multas, a reposição aos cofres públicos das verbas desviadas e o afastamento do administrador corrupto.

Secretaria

'COMBATE À CORRUPÇÃO'

Para apertar o cerco aos dirigentes de estatais, o TCU defende a criação da Secretaria Federal de Controle que funcionaria vinculada diretamente à Presidência da República. "O objetivo dessa secretaria não seria apenas o combate à corrupção, mas sim o de fornecer os meios indispensáveis à atuação do controle externo, como determina a Constituição Federal", disse Vilela.

De acordo com o presidente do TCU, "a vinculação direta à Presidência da República evitará que

a secretaria sofra pressões e possa fiscalizar todos os Ministérios e órgãos federais. A secretaria deve se reportar diretamente ao Palácio do Planalto e dele receber a orientação de sua atuação".

Vilela é contra a existência da Secretaria de Controle Interno (o Cisetão) vinculada diretamente a um Ministério, como ocorre hoje com a Fazenda, que controla todas as Secretarias de Controle Interno. "A história tem demonstrado que sua vinculação a um ministro de Estado é falha e passível de sofrer pressões que obstaculizam ou inibem sua atuação", afirmou o ministro.

Há 19 dias no cargo, Vilela quer agilizar o trabalho do TCU durante sua gestão. A primeira iniciativa operacional de Vilela será a de dar prioridade ao julgamento dos processos de exercícios anteriores e a fiscalização das grandes transferências de recursos federais constantes do orçamento da União. "Recomendei também a intensificação das auditorias operacionais. Eles detectam o desperdício, a ineficácia de programas governamentais", disse ele.